

CLASSES MULTISSERIADAS NA ESCOLA DO CAMPO: TRAÇANDO NOVOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS

Inaiara Alves Rolim¹

Terciana Vidal Moura²

Resumo: Este estudo é parte de uma pesquisa em andamento no Mestrado Profissional em Educação do Campo, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB e tem como objetivo central analisar os principais desafios e possibilidades de atuação pedagógica no contexto das turmas multisseriadas na escola do campo e como esta vem cumprindo sua função social. Este recorte se constitui os estudos teóricos iniciais que orientam a reflexão sobre o tema em questão. A pesquisa é de abordagem qualitativa, do tipo pesquisa-ação e tem como instrumentos de levantamento de informações a entrevista semiestruturada, análise documental e oficinas. O contexto da investigação é o município de Serra do Ramalho e o lócus da pesquisa são as escolas campesinas que possuem salas multisseriadas. Pretendemos descrever as possibilidades pedagógicas de atuação do professor nas turmas multisseriadas da escola do Campo por meio da valorização da cultura campesina, analisar como acontece o trabalho pedagógico nas salas de turmas multisseriadas na escola do campo, identificando os desafios implícitos nesse processo e propor a construção de uma proposta pedagógica que dialogue as especificidades da Educação do Campo e que contribua para que as classes multisseriadas cumpra sua função social no contexto da escola campesina.

Palavras-chave: Classes Multisseriadas. Educação do Campo.

Introdução

Esta reflexão é parte de uma pesquisa em andamento no Mestrado Profissional em Educação do Campo, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB e objetiva analisar os principais desafios e possibilidades de atuação pedagógica no contexto das turmas multisseriadas na escola do campo e como esta vem cumprindo sua função social; esta discussão acontecerá a partir da imersão no estudo da política e das Diretrizes de Educação do Campo para delinear estratégias que contemple a diversidade nesse contexto de ensino. Nesse percurso

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Mestranda do Mestrado Profissional em Educação do Campo na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Coordenação de Educação do Campo no município de Serra do Ramalho/BA/Brasil. E-mail: inaiararolim@gmail.com.

² Doutora em Ciências da Educação pela Universidade do Minho. Professora Assistente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB. Professora da Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências Agrárias e do Mestrado Profissional em Educação do Campo da UFRB. Professora Orientadora do Programa Residência Pedagógica do Curso de Licenciatura em Educação do campo-Ciências Agrárias da UFRB/ Amargosa/BA/Brasil. E-mail: tercianavidal@ufrb.edu.br.



buscaremos traçar caminhos que possibilitem entrever ações de transformação da realidade excludente a que estão expostos os alunos das classes multisseriadas.

Nessa investigação as classes multisseriadas são problematizadas não do ponto de vista negativo, mas do ponto de vista do acesso ao direito à educação e permanência na escola na comunidade onde os sujeitos residem. Desse modo, pretende-se delimitar um espaço de desconstrução da visão negativa criada em torno das classes multisseriadas e evidenciar a função social da escola e da educação campesina no processo de emancipação do povo campesino. Nesse percurso entendemos que os professores que atuam em turmas multisseriadas precisam de atenção especial, visto que eles podem ser agentes tanto de transformação quanto de manutenção dos valores capitalistas que exclui as classes populares do processo de produção.

No município de Serra do Ramalho a proposta de Educação do Campo ainda não está consolidada, visto que por muito tempo o município adotou apenas uma proposta pedagógica para todas as escolas, independente se do campo ou da cidade. Desse modo, a pesquisa sobre classes multisseriadas pretende discutir com os professores do campo as especificidades da educação campesina e o delineamento de práticas pedagógicas que contemplem as especificidades das classes multisseriadas e que, nesse processo, o professor reveja seus conceitos e suas práticas e compreenda que a escola do campo precisa estar a serviço da formação humana, política e social de seus estudantes.

Historicamente, a educação do povo campesino foi relegada a espaços marginais nos processos de elaboração e implementação das políticas educacionais na realidade brasileira, onde as escolas do campo sofrem com a imprecisão das políticas educacionais e o abandono dos governantes. A falta de conhecimento das pessoas sobre seus direitos sociais favorecem o descaso e a falta de comprometimento do Estado em investir na educação do povo do campo. Assim, ao longo do tempo os gestores vêm deixando de garantir escolas com infraestrutura adequada, materiais didáticos e pedagógicos, profissionais habilitados para atuar nesse espaço e políticas públicas que garantam o acesso e permanência dos estudantes na escola em sua comunidade.

Nesse sentido, ao pensar sobre a organização do trabalho pedagógico nas classes multisseriadas significa também refletir a respeito da Educação do Campo na conjuntura do desmonte das políticas públicas para os sujeitos campesinos. Isso se reflete na ausência de uma proposta pedagógica construída junto com as pessoas do campo e faz surgir a indagação se a escola campesina está contribuindo com a construção do pensamento crítico, acesso ao



conhecimento produzido pela humanidade contextualizado com a realidade, formação cidadã e para o mundo do trabalho. Nessa direção, este estudo é relevante socialmente porque busca evidenciar a importância de uma educação diversificada para a população do campo e a ruptura do processo de invisibilização sócio-histórica dos povos desse espaço. Há a necessidade de contribuir com a desconstrução da imagem desses sujeitos como ingênuos, coitados e incapazes de construir novos conhecimentos. Fato que, muitas vezes, leva ao surgimento de uma educação fragilizada e dispensada de qualquer forma, sem coerência com sua realidade e sempre ofertada de maneira compensatória.

Sabendo que a existências de classes multisseriadas é uma realidade das escolas camponesas do município de Serra do Ramalho/BA, essa questão também justifica a reivindicação de uma formação para os professores que atuam nessas escolas no sentido de elaborar um planejamento pedagógico a partir das especificidades das classes multisseriadas da escola desse espaço. Assim, pretendemos descrever as características das classes multisseriadas e os desafios que essa configuração de turmas impõe à prática docente, assim como, compreender qual o papel da escola do campo no processo de formação dos sujeitos dessa realidade.

Campo de estudo e os Caminhos metodológicos

A pesquisa sobre as classes multisseriadas tem como campo de estudo o município de Serra do Ramalho/BA, cuja origem está relacionada à construção da barragem de Sobradinho, que alagou as cidades de Casa Nova, Remanso, Sento Sé, Pilão Arcado e Xique Xique. As famílias que habitavam essas cidades foram obrigadas a fixarem residência na região que hoje conhecemos como Serra do Ramalho. A criação do assentamento que deu origem ao município foi coordenada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que, por meio Projeto Especial de Colonização de Serra do Ramalho – PEC'SR -, criado em 13 de maio de 1975, fez a transposição das 1800 famílias, mais os sem terra de várias partes do país distribuindo-os em 23 povoados, denominados, hoje, de Agrovilas.

Para o desenvolvimento dessa proposta de pesquisa utilizamos os princípios da abordagem qualitativa, visto que faremos uma submersão no universo de significados atribuídos ao fenômeno estudado pelos sujeitos da pesquisa. Isso porque a pesquisa qualitativa “compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados” (NEVES, 1996, p. 1). O

objetivo não é quantificar um determinado fenômeno, mas descrevê-lo e apresentá-lo em seu contexto com vistas a compreender o como e o porquê dos fatos pesquisados, nesse caso as classes multisseriadas e a função social da escola e da educação do campo e a interface com a prática docente.

O método adotado é o método dialético, pois segundo Gil, (1995, p.31), “para conhecer realmente um objeto é preciso estudá-lo em todos os seus aspectos, relações e conexões. E a dialética é contrária a todo conhecimento rígido”. O método dialético possibilita ao investigador a percepção das facetas e significados do fenômeno estudado, que a pesquisa quantitativa não contempla; permite que o pesquisador faça um confronto entre os diálogos e a realidade socioeconômica, política e cultural na qual os sujeitos estão inseridos, visto que estes sofrem forte influência de seu contexto na constituição de si e de sua visão de mundo.

A pesquisa é do tipo pesquisa-ação, visto que, esse tipo de pesquisa sendo de cunho empírico, traz em seu bojo a busca por uma solução para um problema de ordem coletiva; pressupõe a participação e cooperação do pesquisador e dos sujeitos envolvidos na situação. Thiollent e Colette (2014, p. 212), apontam que “a ação educacional a ser estudada e estimulada pela pesquisa-ação deve contribuir para transformar processos, mentalidades, habilidades e promover situações de interação entre professores, alunos e membros do meio social circundante”. A pesquisa-ação nasce, então, da necessidade de entender e propor uma transformação para uma dada realidade ou problema. Isso porque, a pesquisa-ação, embasada na relação entre o pesquisador e os sujeitos do fenômeno ou situação investigada, de acordo com Engel (2000, p. 182), procura “desenvolver o conhecimento e a compreensão como parte da prática. É (...) fazer pesquisa em situações em que também se é uma pessoa da prática e se deseja melhorar a compreensão desta”. Assim, seguindo os paradigmas da pesquisa ação e por meio da realização de oficinas e encontros com os professores, este estudo propõe a construção de um planejamento que articule a prática pedagógica do professor com as especificidades da escola e da Educação do Campo, com atenção especial para a diversidade das classes multisseriadas.

Desse modo, para o desenvolvimento dessa investigação são utilizadas técnicas como a entrevista semiestruturada, a análise documental, e oficinas para estudos e discussões. Neste sentido, sem perder de vista os cuidados éticos, respeitando as opiniões e preservando a identidade dos sujeitos, será possível conhecer as práticas pedagógicas dos professores em classes multisseriadas em escolas do campo do município de Serra do Ramalho e, juntamente



com eles, refletir a respeito de estratégias de ensino que contemple a diversidade das turmas multisseriadas e que valorize os saberes dos estudantes que compõem essas turmas.

Classes Multisseriadas nas escolas campesinas: limites, desafios e possibilidades

A Educação do Campo como conhecemos hoje é fruto de uma longa trajetória de lutas protagonizada pelos movimentos sociais, em especial do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST. Entretanto, ainda leva-se para o campo um modelo de escola que em nada contribuí para o real crescimento dos povos campesinos. Ao longo de décadas o modelo de educação oferecido aos alunos do campo tem sido copiado do modelo de educação urbano, revelando descaso e subordinação da cultura e dos valores do campo aos costumes urbanos. O campo sofre então, preconceito e estigmatização, sendo concebido como um lugar de atraso, onde vivem pessoas ingênuas e rudes. Coelho (2011, p. 136), discute que “[...] Nas primeiras constituições, [...] as escolas implantadas no campo só contribuíram para reforçar essa imagem. Escolas com pedagogias bancárias, importadas da cidade: currículo, calendário, cartilha e professor”.

A história da educação do nosso país mostra que a Educação do Campo tem sido marginalizada e deixada em segundo plano na agenda governamental, as poucas políticas públicas voltadas para o campo não atendem as especificidades de uma educação básica para esse espaço e o Estado trata a educação do povo campesino como política compensatória. Nesse cenário excludente, a educação do povo campesino vem sendo pensada dentro dos paradigmas e pressupostos urbanos, deslocadas das reais necessidades do homem, da mulher, das crianças e jovens do meio rural. Percebemos que, “as políticas educacionais de cunho neoliberal têm agido como uma praga penetrando nesses espaços de forma a descaracterizar ou invisibilizar a luta pela efetivação da Educação do Campo, resultante de reivindicações dos Movimentos Sociais”, (MOURA; SANTOS, 2012, p. 68).

Os movimentos sociais lutam, então, em prol do reconhecimento da cultura do povo do campo, reivindicam a construção de uma visão do meio rural como espaço de discursos políticos, pelo reconhecimento das pessoas que aí habitam como cidadãos de direitos. É um espaço constituído por sujeitos históricos, que possuem uma cultura própria com valores, crenças e costumes embasados em uma visão de mundo formada pela vivência e herdada de gerações passadas. A respeito da importância da atuação dos movimentos sociais na discussão em torno da educação do campo, Arroyo (2004, p. 68-69) coloca que, “significa que



acreditamos que a educação se tornará realidade no campo somente se ela ficar colocada ao movimento social. Mais ainda, acreditamos que o próprio movimento social é educativo, forma novos valores [...]”.

A educação que nasce no seio dos movimentos sociais é diferenciada por exigir a efetivação dos direitos do povo do campo, dentre eles a educação e construção de escolas. O movimento social é mais exigente porque nos situa no terreno dos direitos, nos leva a vincular educação com saúde, cooperação, justiça, cidadania (ARROYO, 2004, p. 72). Ao refletir sobre a questão das condições de funcionamento das escolas do campo, entendemos que os desafios e obstáculos para a existência e manutenção das escolas desse espaço são grandes e a superação dos mesmos não é simples nem fácil; ainda há muito que reivindicar e fazer para alcançar a plena efetivação de uma política pública que garanta aos alunos do meio rural uma escola bem estruturada e com os equipamentos necessários para seu desenvolvimento.

E um desses desafios é a atuação do professor em turmas multisseriada, que exige uma organização do trabalho pedagógico e planejamento curricular de maneira especial de maneira que contribua com a aprendizagem real dos estudantes do campo. Hage (2011, p. 127), aponta que os desafios impostos aos professores de turmas multisseriada são amplos porque “eles trabalham com muitas séries ao mesmo tempo, sendo a faixa etária, o interesse e o nível de aprendizagem dos estudantes muito variados”. Diante disso, a estratégia comumente adotada é seguir as instruções que os livros didáticos trazem e como a maioria dos professores que atuam no campo não possuem um curso preparatório de acordo com as particularidades culturais desse espaço, ao adotar um planejamento baseado no livro didático não percebe o quão está se distanciando da cultura local, dos valores e das experiências dos alunos. Consequentemente, uma prática pedagógica distanciada da realidade sociocultural dos alunos e da sua cultura contribui com o esfacelamento da aprendizagem dos estudantes das turmas multisseriada.

Outro aspecto que torna o trabalho dos professores em salas multisseriadas mais complexa é a cobrança por resultados da Secretaria de Educação. Os docentes “se sentem pressionados pelo fato de a Secretaria de Educação definirem encaminhamentos padronizados de horário de funcionamento das turmas, de planejamento e listagem de conteúdos”, (HAGE, 2011, p. 128). Isso exige dos professores a utilização de suas experiências construídas ao longo da atuação em sala de aula e criatividade para construir uma práxis pedagógica específica para as turmas multisseriadas de maneira que contribua com a aprendizagem dos educandos. Visto dessa forma, as classes multisseriadas parecem, à primeira vista, um problema, visto que



impõem dificuldades aos professores e à direção da escola; entretanto, a existência dessas turmas constitui, em muitos casos, a solução para sobrevivência da escola no meio rural, onde o aluno pode estudar sem deslocar-se para a cidade ou grandes distâncias para outra comunidade.

As turmas multisseriadas são constituídas pelo número reduzido de alunos para compor uma série regular, o que a torna mais do que uma simples sala de aula. Tais turmas além de reunir alunos de vários níveis de aprendizagem, congrega uma variedade de gostos, interesses, nível de maturidade, entre outros aspectos, o que exige do professor a organização de um trabalho pedagógico mais dinâmico. Assim, “[...] essas escolas se constituem geralmente na única alternativa para os sujeitos estudarem nas comunidades rurais em que vivem, encontrando-se expostos a um conjunto de situações que não favorecem o sucesso e a continuidade dos estudos, [...]”, (HAGE, 2014, p. 1173).

No entanto, mesmo em face dos desafios impostos pelas classes multisseriadas, há a possibilidade do professor desenvolver processo de ensino e aprendizagem onde os alunos de diferentes faixas etárias, níveis de aprendizagem e experiências podem compartilhar e criar maneiras coletivas de construção e apropriação do conhecimento. Nessa perspectiva, a multisseriação não se distanciará do contexto seriado, quanto à organização dos conteúdos e seu planejamento, nem tampouco estará centrada apenas em conteúdos, visto que ao criar um espaço de troca, de aprendizagem dialógica e de respeito à cultura e aos saberes dos alunos, o professor está promovendo espaço de construção e troca de conhecimento. Isso constitui uma perspectiva pedagógica no contexto das turmas multisseriadas. Nesse contexto, a diferença está em como o professor delinea sua prática pedagógica, uma vez que, ao contrário de adotar um trabalho pautado unicamente no livro didático e para alunos de uma única turma, o professor desenvolve uma prática que agrega todos os alunos. Nesse sentido, “[as] escolas multisseriadas oportunizam aos sujeitos o acesso à escolarização em sua própria comunidade, fator que poderia contribuir significativamente para a permanência dos sujeitos no campo, com o fortalecimento dos laços de pertencimentos [...]”, (HAGE, 2006, p. 05).

Desse modo, as escolas situadas no contexto sociocultural dos alunos, podem favorecer aos sujeitos do campo sua permanência nesse espaço, podendo morar e trabalhar em suas próprias comunidades. Nesse cenário, o modelo educacional que se objetiva para a turma multisseriada é uma educação que contribua com a emancipação do aluno do campo.

Classes Multisseriadas no contexto da legislação: enfrentamentos à nucleação/fechamento de escolas do campo

Compreendendo que as turmas multisseriadas se constituem uma possibilidade de acesso e permanência de muitas crianças do campo na escola em suas comunidades, esta pesquisa embasa-se na Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96, que em seu Art 23 dispõe que

A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar, (BRASIL, 1996).

Compreendemos que a forma seriada não se configura como a única maneira de ofertar a educação básica e as classes multisseriadas, nesse contexto, se apresentam como uma organização escolar diferenciada e como estratégia para garantir aos estudantes camponeses o direito à educação e acesso à escola em suas comunidades e de forma contextualizada com sua realidade sociocultural. Nesse percurso, buscamos evidenciar uma nova compreensão sobre as classes multisseriadas, tendo como ponto de partida a elaboração de uma proposta curricular pautada nas aprendizagens necessárias e contextualizadas com sua realidade social e cultural do estudante do campo.

A trajetória de lutas em prol da construção de uma Educação do Campo empreendida pelos movimentos sociais teve como resultado a criação de documentos legais que tratam da educação dos sujeitos do campo. No que se refere às classes multisseriadas ela é citada na Resolução CNE/CEB nº 2 de 28 de abril de 2008, que Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, quando dispõe que:

Art. 3º A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças.

§ 1º Os cinco anos iniciais do Ensino Fundamental, excepcionalmente, poderão ser oferecidos em escolas nucleadas, com deslocamento intracampo dos alunos, cabendo aos sistemas estaduais e municipais estabelecer o tempo máximo dos alunos em deslocamento a partir de suas realidades.

§ 2º Em nenhuma hipótese serão agrupadas em uma mesma turma crianças de Educação Infantil com crianças do Ensino Fundamental.

Art. 4º Quando os anos iniciais do Ensino Fundamental não puderem ser oferecidos nas próprias comunidades das crianças, a nucleação rural levará em conta a participação das comunidades interessadas na definição do local, bem como as possibilidades de percurso a pé pelos alunos na menor distância a ser percorrida.



Parágrafo único. Quando se fizer necessária a adoção do transporte escolar, devem ser considerados o menor tempo possível no percurso residência-escola e a garantia de transporte das crianças do campo para o campo, (BRASIL, 2008).

Nessa resolução podemos ver que o processo de nucleação na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental deve ser evitado, mas quando não for possível evitar a nucleação dos anos iniciais do Ensino Fundamental deve-se considerar: menor tempo de deslocamento, respeitar a realidade do educando e consultar a comunidade sobre esse processo. No entanto, indo na contramão do que diz a lei, as escolas do campo vêm passando por um processo arbitrário de fechamento/nucleação, sem consulta prévia à comunidade. Como resultado é comum vermos alunos percorrendo longas distâncias, pegando até três transportes para ir e vir de sua comunidade para outra escola, tendo que transitar por estradas precárias em transportes muitas vezes inadequados para a faixa etária e quantidade de alunos e sem a presença de um acompanhante/monitor escolar.

No que concerne aos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e Médio a Resolução CNE/CEB nº 2 de 28 de abril de 2008, dispõe que:

Art. 5º Para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, integrado ou não à Educação Profissional Técnica, a nucleação rural poderá constituir-se em melhor solução, mas deverá considerar o processo de diálogo com as comunidades atendidas, respeitados seus valores e sua cultura.

§ 1º Sempre que possível, o deslocamento dos alunos, como previsto no caput, deverá ser feito do campo para o campo, evitando-se, ao máximo, o deslocamento do campo para a cidade.

§ 2º Para que o disposto neste artigo seja cumprido, deverão ser estabelecidas regras para o regime de colaboração entre os Estados e seus Municípios ou entre Municípios consorciados, (BRASIL, 2008).

Para essas etapas da educação básica percebemos uma brecha na resolução, pois mesmo prevendo a consulta à comunidade, abre precedentes para a contratação de transportes e aponta o fechamento/nucleação de escolas como possibilidade. A resolução enfatiza a constante colaboração entre os entes federados e as comunidades, porém, o que muitas vezes acontece é um processo arbitrário que desconsidera a opinião da comunidade e não faz uma avaliação das condições mais favoráveis para a aprendizagem dos educandos. Dessa forma, nada impede que os anos finais do Ensino Fundamental sejam ofertados em classes multisseriadas se assim a comunidade avaliar como melhor opção para a continuação do estudo de seus filhos.

Para que se efetive a concretização da Educação do Campo há a necessidade de se considerar os sujeitos em toda a sua essência, contemplando sua cultura, forma de vida e de relacionar-se com a terra. A escola do campo precisa ser compreendida para além da seriação, concebendo a classe multisseriada como espaço de desenvolvimento, de aprendizagens múltiplas e fortalecimento da

identidade por meio do trabalho coletivo, da comunhão de ideias e do compartilhamento de saberes. Nessa direção, no Art. 10 da referida resolução está posto que

O planejamento da Educação do Campo, oferecida em escolas da comunidade, multisseriadas ou não, e quando a nucleação rural for considerada, para os anos do Ensino Fundamental ou para o Ensino Médio ou Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio, considerará sempre as distâncias de deslocamento, as condições de estradas e vias, o estado de conservação dos veículos utilizados e sua idade de uso, a melhor localização e as melhores possibilidades de trabalho pedagógico com padrão de qualidade, (BRASIL, 2008).

As turmas multisseriadas, portanto, podem se constituir espaço para construção de uma proposta educacional a partir das especificidades da Educação do Campo e, por outro lado, reforça a obrigação do Estado em garantir as condições favoráveis do transporte escolar, participação da comunidade e menor tempo de deslocamento dos estudantes quando houver nucleação, fato que só pode acontecer se for de acordo da comunidade e dos estudantes. Nesse contexto, a legislação que trata da Educação do Campo, ao prever a existência das classes multisseriadas evidencia, também, a necessidade da formação continuada para os profissionais que atuam nesse tipo de turma. No Art. 10, § 2º, está disposto que

As escolas multisseriadas, para atingirem o padrão de qualidade definido em nível nacional, necessitam de professores com formação pedagógica, inicial e continuada, instalações físicas e equipamentos adequados, materiais didáticos apropriados e supervisão pedagógica permanente, (BRASIL, 2008).

Entendemos que o problema das classes multisseriadas não está na reunião de crianças com múltiplas idades e níveis de aprendizagens diversos em uma mesma sala, mas está na omissão do Estado em garantir as condições necessárias para o funcionamento de escolas com esse tipo de organização de turmas. A ausência da atuação do poder governamental no meio rural revela o projeto capitalista em enfraquecer a educação das classes populares, dentre elas o povo do campo, negando-lhes o acesso a uma educação emancipatória e libertadora. Como aponta Arroyo (1999, p.20), “em nossa história domina a imagem de que a escola no campo tem que ser apenas a escolinha das primeiras letras. A escolinha cai não cai, onde uma professora que quase não sabe ler ensina alguém a não saber quase ler”.

Nessa direção, o Parecer CNE/CEB nº 1 de 02 de fevereiro de 2006, que trata dos dias letivos para a aplicação da Pedagogia da Alternância nos centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA), ao realizar uma avaliação sobre as turmas multisseriadas aponta que

O Projeto Escola Ativa, desenvolvido pelo FUNDESCOLA/FNDE/MEC nos estados do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, centrado nas denominadas escolas

multisseriadas localizadas no meio rural e que se contam por milhares; segundo conhecimento específico do relator o projeto tem sido avaliado positivamente, (BRASIL, 2006).

Esse parecer reforça o que foi dito anteriormente: dadas as condições necessárias, escolas com infraestrutura, materiais pedagógicos contextualizado com a realidade dos estudantes e formação continuada de professores, as classes multisseriadas podem se constituir espaço de construção de conhecimento e de formação humana dos sujeitos do campo. Com o objetivo de garantir ao povo campestre o acesso à educação básica em sua comunidade, seja em classes multisseriadas ou não, foi sancionada a Lei Nº 12.960, de 27 de Março de 2014, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Nesta lei fica decretado que

O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar, (BRASIL, 2014).

A letra da lei esclarece que para que ocorra o processo de fechamento/nucleação de escolas do campo, em suas diferentes configurações, deve ser precedido de um estudo profundo, sendo obrigatório levado em conta os efeitos dessa ação sobre os estudantes e o posicionamento das comunidades. Fica explícito, portanto, que a comunidade tem voz ativa nessa tomada de decisão, devendo ser respeitada em seus valores e especificidades socioculturais.

O debate a respeito das classes multisseriadas no contexto da Educação do Campo transcende a discussão sobre modos e formas de organização do trabalho pedagógico; ele trilha no caminho da reflexão sobre a necessidade de construir resistências ao sistema hegemônico que se impõe no meio rural e tem como objetivo despir os sujeitos do campo de sua subjetividade, de seus saberes, transformando-os em mercadoria. Significa desenvolver uma discussão em prol de uma educação que favorece a construção do enfrentamento ao agronegócio, à desterritorialização do povo campestre, ao questionável desenvolvimento sustentável construído pelas grandes empresas e contra a instauração de um currículo urbanocêntrico nas escolas campestres.



Para mascarar a ideologia por trás do fechamento/nucleação de escolas do campo, o governo alega a questão do orçamento insuficiente, corte de gastos, e insuficiência de recursos financeiros para financiar as políticas educacionais para os povos do meio rural. O fechamento/nucleação das escolas rurais e o traslado de seus estudantes para outras comunidades é apresentado como estratégia para economizar recursos no transporte escolar, na merenda, dentre outros aspectos. Segundo pesquisas de Paulo Alentejano e Tássia Cordeiro, no período de 1997 a 2018, a Bahia foi o Estado do Nordeste que mais fechou escolas do campo³, com 12.815 mil escolas fechadas. A esse respeito Arroyo (1999, p. 42-43) escreve que

A solução me parece que não é tirar as crianças de seu lugar e levá-las para outro lugar. A famosa nucleação de escolas. (...) Porque a escola tem que estar vinculada às raízes de suas vivências, de sua família, de sua experiência completa. A escola tem que estar colada às raízes mais imediatas das vivências de infância. Não podemos fazer da escola uma espécie de supermercado. A questão é que a educação fundamental, se estiver colada ao cotidiano da vivência das crianças, tem que estar no lugar onde a criança vive, se produz e reproduz. Criar escolas-núcleo, distantes dos espaços de vivência da criança, desarraiga, tira da raiz.

A posição de Arroyo evidencia que a escola é fundamental enquanto eixo agregador que favorece a sobrevivência da vida “em comunidade” (KREMER, 2011). O fechamento da “escola da comunidade” provoca um abalo nas referências das pessoas que ali vivem, gerando o sentimento de que seu local de vivências está sendo violado e acabando aos poucos. O que evidencia que a escola campesina não é apenas uma instituição de ensino, mas espaço onde confluem vivências, experiências e modos diversos de ver e viver o mundo. Observamos que não havendo cuidado com a questão das identidades dos estudantes, não há preocupação com a oferta de uma formação ampla e que contemple as demandas desses sujeitos. De acordo com Boff (1999, apud KREMER, 2011, p. 182), “educar é um compromisso intenso com o cuidado, o descuido significa excluir a possibilidade humana de existir e de ser”. A retirada de políticas públicas e programas para o campo e para suas populações culminam com o enfraquecimento desse povo como organização social e consciente de que é possuidor de direitos

Considerações iniciais

Dessa história/ nós somos os sujeitos/ lutamos pela vida/
pelo que é de direito/ as nossas marcas/ se espalham pelo chão/
a nossa escola/ ela vem do coração.

³ Disponível em: <https://www.brasildefatorj.com.br/2019/11/28/artigo-or-no-brasil-quase-4-mil-escolas-do-campo-sao-fechadas-por-ano#>.

(SANTOS, 2006)

Trazemos a poesia da letra de Santos (2006) para nossas considerações iniciais por que nossa pesquisa nasce da angustia dos sujeitos do campo que têm suas escolas tiradas de suas comunidades, das angustias de professores do campo que precisam deslocar-se para outros espaços, dos desafios de pessoas que se veem deslocados de seu território e cultura em nome de um ideal hegemônico que desconsidera os direitos do povo camponês.

Ao longo da história do nosso país, a Educação do Campo tem sido marginalizada e deixada à deriva, as políticas públicas não atendem as especificidades de uma educação básica para o campo e os governos tratam a educação do povo camponês como política compensatória. Nesse cenário excludente, a educação camponesa vem sendo pensada dentro dos paradigmas e pressupostos urbanos, deslocadas das reais necessidades dos sujeitos do campo.

Embora a Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/96, proponha, em seu Art. 28, uma nova ideia de educação do campo, que respeite todas as particularidades que existem neste espaço de formação, sendo obrigatória a adaptação de um currículo diferenciado para a realidade do campo, o município de Serra do Ramalho, ainda não possui estratégias e diretrizes voltadas especialmente para as escolas do meio rural, tanto no que diz respeito à construção de proposta pedagógica pelos atores desse espaço, quanto no que se refere a políticas de formação docente para atuar nesse espaço.

A investigação sobre classes multisseriadas não se limita ao estudo da forma de organização escolar, dos desafios e possibilidades de atuação docente, mas busca empreender uma reflexão da conjuntura sociopolítica em que estas turmas estão inseridas. Analisando tanto as práticas pedagógicas no chão da escola quanto as políticas educacionais para o povo camponês e a disputa político-econômica que está por trás do processo de fechamento/nucleação das escolas camponesas.

Para evidenciar as possibilidades de atuação docente no contexto das classes multisseriadas objetivamos, no decorrer da pesquisa e com a colaboração dos participantes da pesquisa, a construção de um Caderno Pedagógico com práticas exitosas em turmas multisseriadas. Com esse material pretendemos mostrar que embora exista desafios à prática dos professores, é possível delinear um planejamento pedagógico que vá ao encontro das necessidades dos estudantes e que esteja em consonância com as Diretrizes da Educação do Campo.

Referências

ARROYO, M. G. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. In: ARROYO, M. G. FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 1999. (Coleção Por uma Educação do Campo, 2).

ARROYO, M. G. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Roseli; MOLINA, Mônica. Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LEI nº 9394/96. Brasília, 1996.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 1 de 02 de fevereiro de 2006**. Dias letivos para a aplicação da Pedagogia da Alternância no Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA).

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008 - Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11841-rceb002-08-pdf&category_slug=outubro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 17. 05. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014. Altera a Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifesto de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

COELHO, L. R. S. **A função social da escola na educação do campo**. Revista Lugares de Educação, Bananeiras/PB, v. 1, n. 2, p. 136-149, jul.-dez. 2011. ISSN 2237-1451 Disponível em: www.periodicos.ufpb.br/index.php/rle/article/download/10972/7268. Acesso em: 08.05.2021.

ENGEL, Guido Irineu. **Pesquisa-ação**. Educar, Curitiba. N. 16, Editora da UFPR, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. – 5. Ed. - São Paulo: Atlas, 1995.

HAGE, S. M. **Transgressão do paradigma da (muti)seriação como referência para a construção da escola pública do campo**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1165-1182, out-dez., ISSN 0101-7330. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302014000401165&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 28.04.2021



HAGE, S. M. **Classes Multisseriadas**: desafios da educação rural no Estado do Pará/Região Amazônica. In: _____. (Org.). **Educação do campo na Amazônia**: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará. Belém: Gráfica e Editora Gutenberg, 2006.

HAGE, S. M. **A multissérie em pauta**: para transgredir o Paradigma Seriado nas Escolas do Campo. In: MUNARIM, A., BELTRAME, S. A. B., CONDE, S. F., PEIXER, Z. I. (orgs.). **Educação do Campo**: políticas públicas, territorialidades e práticas pedagógicas. Florianópolis: Insular, 2011.

KREMER, A. A nucleação escolar e o processo de desenraizamento nas comunidades rurais do município de Bom Retiro/SC. In: MUNARIM, A.; BELTRAME, S. A. B.; CONDE, S. F.; PEIXER, Z. I. (orgs.) **Educação do Campo**: políticas públicas, territorialidades e práticas pedagógicas. Florianópolis: Insular, 2011.

MOURA, T. V.; SANTOS, F. J. S. dos. **A Pedagogia das classes multisseriadas**: uma perspectiva contra-hegemônica às políticas de regulação do trabalho docente. Debates em Educação - ISSN 2175-6600. Maceió, Vol. 4, nº 7, Jan./Jul. 2012. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/658/0>. Acesso em: 12.04.2021.

NEVES, J. L.. **Pesquisa Qualitativa**: características, usos e possibilidades. Cadernos de Pesquisa em Administração, São Paulo, v. 1, nº 3, 2º sem / 1996. Disponível em: https://www.academia.edu/8171621/PESQUISA_QUALITATIVA_CHARACTER%C3%8DSTICAS_USOS_E_POSSIBILIDADES. Acesso em: 20.04.2021.

THIOLLENT, M.; COLETTE, M. M. **Pesquisa-ação, formação de professores e diversidade**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences Maringá, v. 36, n. 2, p. 207-216, July-Dec., 2014